

ENTRE A CRUZ E A ESPADA

AS AVENTURAS DE UM PADRE CATÓLICO QUE, COLOCANDO-SE A SERVIÇO DO POVO NA BAIXADA, FICAVA CONSTRANGIDO ENTRE DOIS FOGOS: O DA DITADURA MILITAR E O DA CÚPOLA ECLESIAÍSTICA (1).

APRESENTAÇÃO

Embora se constituam de material autobiográfico, as páginas que aqui apresento não foram escritas em vista de uma qualquer biografia. Foram escritas exclusivamente para lembrar fatos que me aconteceram em pleno dia e que não deveriam ficar sepultados nos eventuais arquivos da congregação. Pois se trata de fatos tanto verdadeiros quanto traumáticos e que, com um pouco mais de coerência com o que estamos pregando, deviam ser evitados ou, pelo menos, atenuados ou humanizados com um pinga de inteligência, se não de caridade. Na época em que estes fatos aconteceram a minha impressão foi que tanto a ditadura militar quanto a sociedade em conjunto, tanto a igreja oficial quanto a congregação xaveriana praticavam as mesmas formas de violência e de constrangimento, passando por cima dos princípios mais elementares do evangelho e da vivência cristã, salvo depois usar palavras insossas e retóricas para esconder o sol atrás da peneira. Recolhi estas páginas para dizer a amigos e conhecidos e, sobretudo, aos irmãos xaverianos que qualquer violência, embora mascarada de velos jurídicos ou ascéticos, não pode ficar a serviço da missão e, ainda menos, do Reino de Deus. Não se pode fraternizar no meio do fogo, como não se pode criar o céu por meio do inferno.

Savino Mombelli

Belém, 15.08.2012.

1. **O sentido do binômio cruz e espada** é suficientemente noto nos países da América Latina. Se conquistava e se matava com a espada, se abençoava e se batizava com a cruz. Espanha e Portugal, países prediletos da Sé Apostólica, especialmente após o isolamento sofrido com a explosão do protestantismo nos países da Europa do norte, eram autorizados a conquistar as terras não cristianizadas da África, da Ásia e da América a uma só condição: que plantassem a cruz e pregassem o evangelho entre os povos sujeitados e massacrados. Para que esta disposição ficasse mais clara, o papa Alexandre VI em 1493 tinha dividido o globo terrestre em duas partes. Para o leste do atual meridiano 50, o que passa nas proximidades a oeste de Belém, o mundo não cristianizado devia pertencer ao Portugal incluindo o leste do Brasil, a África e a Ásia meridional até às Molucas (atual Indonésia). Para o oeste do mesmo meridiano 50, o mundo não cristianizado devia pertencer à Espanha, incluindo o restante da América do Sul, a América do Norte e a Oceania toda até às Filipinas. Viajando à procura das Índias, Cabral tinha consciência da decisão papal e pretendia tomar visão e, possivelmente, marcar as terras destinadas ao império lusitano. Não plantou de fato a cruz em Porto Seguro? Aquela cruz era ao mesmo tempo sinal religioso e político. Mas, quanto durou a ambígua (e para nós iniqua) aliança entre a cruz e a espada?
2. **Uma estreita colaboração entre cruz e espada** durou por quase dois séculos e meio: entre 1493 e 1750, isto é até à ascensão do Marquês de Pombal ao governo do império português. Como sabemos, o Marquês se alienou os jesuítas e os expulsou da Amazônia toda a partir de 1755. Após a expulsão deles seguiu a expulsão de todas as ordens religiosas presentes na Amazônia: franciscanos de ramos vários, capuchinhos, carmelitas, mercedários. Esta primeira fase crítica culminou com a supressão da inteira ordem fundada por Inácio de Loyola, primeiro em Portugal (1767) e suas colônias e, em seguida, em todo o resto do mundo.
3. **Alternativas entre aliança e crise.** A combinação entre cruz e espada voltou a ser crítica ao tempo de Pedro I (1822/1840) pela presença de uma maçonaria operante no país em oposição à Igreja. A maçonaria se gloriava de ter instaurado o império, envolvia leigos e padres, não escondendo uma tendência considerada blasfema pelos católicos: liberar a nação brasileira dos laços da Igreja. Uma outra

crise talvez maior ocorreu durante o reinado de Pedro II (1840/1889), com a prisão dura e amarga de dois Arcebispos: dom Antônio de Macedo Costa (Belém) e dom Vidal Gonçalves de Oliveira (Recife). Apesar de Pedro II ter devolvido ao papa, por razões de honestidade, o poder histórico que tinha sobre a Igreja do Brasil, pois afirmava de não entender de problemas eclesiais, os dois eminentes prelados tiveram que pagar cara a interdição de vários padres e fraternidades cristãs que tinham ligado com a maçonaria (2). Na prisão que devia durar quatro anos e foi reduzida a 18 meses por Pedro II, os dois bispos foram submetidos até a trabalhos forçados.

4. **Um novo período de crise** entre cruz e espada se verificou entre a fundação da república (1889) e a chegada de Getúlio Vargas ao poder (1930) A igreja sofreu maus tratos e perseguições, uma ocasião extraordinária para se libertar totalmente daquele descabido acordo. Mas não foi assim. Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder (1930/1954), despontaram novamente gulosas conveniências para retomar os laços da colaboração e interdependência entre governo brasileiro e igreja católica. É difícil medir quanto custaram à missão da igreja e ao seu testemunho evangélico os acordos interesseiros com Getúlio Vargas. Enfim, 10 anos após o suicídio de Getúlio, a igreja parece não ter explorado suficientemente a nova e última oportunidade de se libertar do aperto da política revolucionária (1964). Talvez não tenha tido tempo suficiente para se autocriticar e se posicionar de maneira global contra o que estava acontecendo em fato de liberdade, de submissão do parlamento ao governo, de corrupção e problemáticas sociais deixadas em fase crucial. Isso aconteceu no Brasil inteiro, inclusive em Belém. Na nossa capital, como em outras grandes capitais brasileiras, a igreja das altas esferas se manteve em atitude dupla: uma de claro desligamento com a ditadura assumido por nomes ilustres como dom Helder Câmara e dom Paulo Evaristo Arns (3), uma outra, menos visível e em aparente silêncio, deixava entender de apreciar a nova ordem ou, ao menos, de a querer aguentar. Tudo isso vinha a provocar consequências negativas em relação a nascente igreja popular dos bairros periféricos, das comunidades de base e até de vastas áreas do interior (4). De fato, a discordância entre as duas posições eclesiais permitia que a ditadura considerasse como seus maiores inimigos os movimentos populares acima acenados, sem excluir padres, religiosos e religiosas que animavam tais movimentos e

colocasse contra eles ciladas e armadilhas: desentendimentos, humilhações, perseguições e até armas e assassinatos (5). É neste contexto que se inserem os fatos que vou contar, tanto tristes quanto privados de lógica, de justiça elementar e de bom senso cristão. De fato, a igreja popular, inimiga declarada do poder político, apanhava por dois lados ao mesmo tempo: do lado da ditadura e do lado daquela parte da hierarquia que era propensa a justificar a ditadura ou a ficar em suspeitável silêncio.

5. **A situação na universidade federal**, onde eu me encontrava como professor e coordenador dos cursos de teologia e filosofia, refletia a situação do país mas de maneira mais intrincada. Havia de fato dirigentes e professores mais próximos da posição da igreja comprometida com o poder, mas sem desprezar as aberturas da igreja popular, outros mais simpatizantes da emergente igreja popular, outros que ostentavam posição neutra frente às várias partes, outros ainda que não andavam de acordo nem com o poder, nem com a igreja. Eram aqueles que se perguntavam: porque tantos padrecos na universidade federal num momento de atrito e choque entre igreja e ditadura? (6) Contudo, durante os dez anos que passei na universidade federal, nunca tive algo a sofrer, a diferença de quanto estava acontecendo na igreja e já tinha acontecido na minha congregação (7). Pelo contrário, eu tinha a impressão de ganhar grande simpatia por todo lado e, em particular, da parte do Reitor Malcher que, interpelado pelo governo sobre a presença de padres subversivos na sua universidade, não entregou nenhum nome dos professores presbíteros. O próprio reitor me contou isso em junho de 1977, na hora de eu viajar para o capítulo geral da congregação xaveriana na Itália e prever à possibilidade de ser barrado na volta ao país.
6. **O ponto de partida de todas as desavenças.** Acredito que os meus problemas com o governo e a igreja que simpatizava com ele começaram com a morte de Cesar Moraes Leite, um rapaz assassinado na sala de aula da federal por um policial considerado inocente. De fato o policial escutava a lição armado, quando o seu revólver disparou por ter caído no chão involuntariamente. Ninguém acreditava nesta versão oficial e se organizou a comemoração do rapaz no ginásio da universidade. O grandioso ambiente oval era lotado de alunos, professores e simples cidadãos e eu falei de maneira

extremamente clara (8). A partir daquela comemoração eu comecei a ser vigiado: na federal, por meio de um policial que parava armado na porta da sala de aula escutando qualquer uma das minhas exposições. Na igreja de S. Maria Goretti onde, durante a liturgia dominical, uma jipe carregada de policiais se escondia atrás da capela e gravava ao completo a minha pregação. No Instituto de Pastoral Regional (IPAR), onde à noite se dava um curso de teologia para leigos e um ex militar e ex aluno da Escola de Guerra escutava minhas aulas de História da Igreja. Enfim, durante as horas que eu transcorria no Centro Comunitário Maria Goretti, minha habitação e sede das obras paróquias (uma enfermaria e uma escola primária), eu era vigiado por um candidato a vereador (9) que me acusava de ser inimigo do regime e do Brasil ao mesmo tempo em que eu aproveitava de um prédio da Aeronáutica Militar e então do governo. Na realidade o homem não fazia que manifestar a pretensão de ganhar a direção do Centro Comunitário em vista de se promover a vereador municipal.

7. O Primeiro processo contra mim foi celebrado pela CNBB regional, em 4 de outubro de 1978, reunida em Óbidos. Alguns bispos do interior do Pará estavam do meu lado, mas não tiveram força para obter que fosse considerado inocente (10). Eu era acusado de querer desmontar a igreja com minhas aulas de história medieval. Fui achado culpado e punido. Me foi tirada a cátedra de história da igreja em troca de uma disciplina muito mais crítica em relação às vicissitudes eclesiais, a patrologia e, suspenso de qualquer ensino durante um semestre, ficava somente com a tarefa de orientar os alunos de filosofia e teologia que procuravam a biblioteca do instituto. Por trás de tudo isso havia a espionagem do ex militar que, entre outras coisas, era titular de um emprego na área de administração da arquidiocese.

8. O segundo processo contra mim teve lugar entre 78 e 80, junto à aeronáutica militar. A acusação consistia em eu expressar uma posição claramente contrária à política do país ao mesmo tempo em que morava gratuitamente num prédio do governo por benigna concessão da aeronáutica militar (11). Foi convocado pela polícia aeronáutica (PA) e recebi ásperas repreensões da parte de um coronel que, enquanto sentava no trono e um cabo de terceira ordem lhe limpava os sapatos, procurava de me amedrontar e espantar. Confesso que aquelas repreensões me pareciam inautênticas e tinham somente a finalidade

de fazer-me saber que o meu futuro no Brasil podia entrar em dúvida. Em todo caso, eu tive a impressão que o truculento palavreado do coronel fosse puramente funcional e não supusesse alguma delinquência cometida por mim. Contudo, por ter maior segurança acerca de uma interpretação falsamente punitiva, subi ao quarto andar para fazer duas palavras com o brigadeiro Protásio de Oliveira que assim me falou: "Não tenha medo nenhum. Aqui não se faz nada sem o meu parecer e a minha decisão. Na sua igreja pois, diga o que quiser, mas cuide de evitar nomes ou de ter adversários pessoais. Saiba que o padre Jentel foi expulso do Brasil por ter tido um adversário particular, um vereador". Acrescento que o brigadeiro Protasio de Oliveira era uma excelente pessoa e a sua ligação com a igreja era cândida e honesta. Além disso era circundado por máximo respeito e a fama positiva de que gozava dependia também dos favores que prestava às missões religiosas da Amazônia com os aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) (12).

O terceiro processo contra mim foi instruído na Polícia Militar, na Avenida Almirante Barroso a pouca distância do Baenão e da Casa da Juventude (13). Durou de junho a setembro de 1980, devendo-me submeter a 6 interrogatórios de 60/90 minutos por vez, mas sendo assistido pelo advogado Sampaio, designado para isso pela CNBB. O advogado me pisava no pé quando não devia abrir a boca. Mas, o que é que a polícia militar (PM) queria descobrir com aquelas conversas elegantes e aparentemente informais? Acho muito pouco. A PM queria achar um pretexto para me expulsar do país. O que já tinha acontecido com padre Francisco Jentel no Mato Grosso, com padre José Fontanella no Pará, e, em seguida, com padre Vito Miracapillo na Bahia.

9. **Os antefatos do terceiro processo.** Poucos dias antes do papa João Paulo II chegar a Belém, uma jornalista desconhecida mas declarando de ter sido enviada pela PROVINCIA DO PARÁ, chegou ao Centro Comunitário Maria Goretti para falar comigo e, sem querer, também com o padre Nicolau Masi meu colega e superior que se achava aí ocasionalmente. Respondemos com gentileza a suas perguntas mas, no jornal do dia seguinte, em primeira página e com tanto de fotografias ilustrativas, afirmava: "Estes dois padres querem conversar com o papa ao fim de pedir-lhe que dom Alberto Gaudêncio

Ramos seja afastado do cargo de arcebispo de Belém". A acusação não tinha base alguma e depois de dois dias foi reconhecida a nossa inocência pelo próprio arcebispo (14). Mas, falida a primeira tentativa de golpe, não passaram outros três dias para que aparecesse, contra mim e contra os jovens da minha comunidade, uma segunda e mais capciosa acusação: eu e os rapazes da comunidade tínhamos ameaçado a segurança nacional. Como? Metendo a polícia militar contra a igreja. De fato havia por trás uma trama tanto artificial quanto simplória, embora carregada de maldade um tanto clerical (15). A uma hora e meia da noite do 5 de junho 4 jovens da nossa comunidade, que voltavam da festa de aniversário da diretora da escolinha comunitária, foram presos e jogados na cela da delegacia do Guamá sob o pretexto de terem palpado uma menina que passava ao lado deles (16). Informado pelo irmão da menina que a acusação contra eles era falsa, consegui libertá-los na manhã seguinte mas, sendo dois deles seminaristas (o Cesar e o Fernando autorizados a morar comigo pelos respectivos bispos de Belém e Santarém), o jornal afirmava em primeira pagina: "seminaristas batidos e aprisionados no Guamá", ao mesmo tempo em que o arcebispo interpelado afirmava: "Meus seminaristas não são vagabundos e moram todos no seminário". Com estas palavras do arcebispo o prato ficava cheio e pronto: tendo em casa seminaristas falsos, com engano consciente e voluntário eu estava metendo a igreja contra o estado: um claríssimo delito contra a segurança nacional.

10. **O desenvolvimento do terceiro processo.** Já acenei aos 6 interrogatórios, mas quem me interrogava? Um certo capitão Pantoja, aquele que alguns anos depois teria comandado a chacina de Eldorado dos Carajás e vitimado à morte 19 posseiros (17). Informei o Núncio Apostólico dom Carmine Rocco, conhecido e amigo, de tudo aquilo que estava acontecendo comigo e ele, sem me responder, ficava do meu lado esperando o momento de poder intervir. Momento que apareceu aos primeiros de setembro quando a imprensa do Pará estava já afirmando que a minha sorte tinha sido decidida: a expulsão do país. Mas, conscientes deste injusto e procurado destino, o advogado Sampaio e o padre Nicolau colocaram no jornal uma notinha de duas linhas: "O senhor Arcebispo está muito preocupado com o sacerdote ameaçado de expulsão" enquanto, de sua iniciativa, o Núncio Apostólico fazia dois telefonemas ao arcebispo dom Alberto Gaudêncio

Ramos: "Você deve salvar aquele padre". Pouco depois o próprio dom Alberto me chamou para me comunicar que tinha sido absolvido, informando-me dos telefonemas recebidos de Brasília e expressados num português de sotaque napolitano. Mas será que dom Alberto estava verdadeiramente do meu lado? Não tenho a respeito disso alguma certeza (18).

11. **O quarto processo** contra mim foi instaurado pela segunda vez pela CNBB regional, em Belém na proximidade do fim do ano letivo de 1980, à distância de somente um mês e meio do que se tinha desenvolvido ao longo de três meses na polícia militar. Os acusados eram padre Savino (liberado dois meses antes) e padre Bernardo Hojos, um salesiano colombiano chamado por mim a ensinar filosofia na universidade federal. Ambos, porém, éramos sujeitos à autoridade da igreja naquilo que dizia respeito aos conteúdos e aos modos com que administrávamos o nosso ensino. Em precedência, o presidente da CNBB Regional Norte II, dom José Hanrahan, alfonsiano irlandês, veio me comunicar, na barraca de madeira em que morava no centro comunitário Maria Goretti, que tinha sido suspenso do ensino e da coordenação de dois cursos, sem a universidade federal saber nada, e que me devia preparar por um julgamento à presença de todos os bispos do regional. Procurei fazer-lhe entender que os bispos tinham tomado uma decisão provavelmente muito perigosa, pois eu e Bernardo éramos os professores mais queridos dos cursos de filosofia e teologia. Dom José não quis me responder, mas me olhou com imensa simpatia para que pudesse entender que estava do meu lado. Ele era pessoa de grande retidão e muito capacitado em enfrentar contenções e resolve-las. Saindo da minha barraca se sentia desconfortado e humilhado e, como me contou o seu acompanhante padre Luís Pinto, secretário dos bispos do regional, foram tomar uma cerveja gelada com a intenção de querer sufocar um pouco daquele amargo ressentimento. A partir do dia depois, os nossos alunos em geral e os seminaristas em particular começaram a escrever para varias partes do Brasil envolvendo seminários, universidades, entidades religiosas e leigas e até bispos, após terem declarado uma greve e suspenso uma semana de teologia que, assessorada pelo professor Clodovis Boff, servita e irmão do franciscano mais famoso Leonardo Boff, devia ser celebrada no fim do ano letivo. Começamos a receber apoios escritos de todo lado, inclusive de bispos que gozavam

de imensa estima em toda a igreja como dom Helder Câmara, arcebispo de Recife, e dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo.

- 12. As acusações do quarto processo.** Bernardo e eu fomos convocados frente ao semicírculo dos bispos um tanto parecido com o sínédrio do tempo de Jesus. Fui o primeiro a ser interpelado acerca de numerosas e variadas para não dizer disparadas acusações e quem me interpelava era o arcebispo de Belém dom Alberto Gaudêncio Ramos, talvez o único a se incomodar com a nossa conduta (19), pois todos os outros bispos pareciam ficar vermelhos pela vergonha. A primeira acusação dizia respeito a dois alunos do seminário arquidiocesano que tinham perdido a vocação após a minha primeira aula de teologia. Perguntei os nomes dos dois seminaristas desprovidos de resistência espiritual e percebi que nunca tinha visto eles, pois naquela época não estava ensinando no seminário arquidiocesano. Uma segunda acusação dizia respeito a um artigo que teria publicado num quotidiano de Belém contra a visita do papa. O artigo porém não era assinado e não era meu. Uma terceira acusação dizia respeito ao tipo de pastoral que se praticava em S. Maria Goretti, enquanto uma outra colocava dúvidas sobre a minha vida celibatária. Posso resumir dizendo que, no seu conjunto, as acusações me viam como padre subversivo, impenitente e perigoso tanto para a igreja quanto para o país. Mas nenhuma acusação me tinha afetado ou perturbado de maneira que consegui responder a todas com clareza, serenidade e calma, deixando entender que nenhuma delas tinha a ver com as minhas intenções e com a minha vida. Mas veio a hora de Bernardo responder às acusações que lhe competiam e, querendo-me defender em vez que tentar de se libertar delas, decidiu atacar os próprios bispos, fazendo tremer os céus e a terra: "Vocês que moram em palácios e viletas não tem vergonha a torturar este homem de cabelo branco que vive na lama a serviço dos pobres e da igreja? ...". Conclusão: eu fui absolvido na hora enquanto Bernardo teve que voltar para a Colômbia, sua terra natal. Entre os juizes havia dom Angelo Frosi meu colega e bispo de Abaetetuba e ficou feliz de escrever ao superior geral dos xaverianos em Roma: "O padre Savino se defendeu muito bem, respeitou todo mundo e foi absolvido sem excitação".

13. Acompanhando os presos do Araguaia: os padres franceses Aristides Camio e Francisco Goriou junto com treze posseiros de S.Geraldo de Araguaia. Se era em 1981, durante o primeiro semestre, quando os dois padres chegaram a Belém e foram alojados num prédio da polícia federal na rua 13 de Maio e os treze posseiros no presídio São José onde eu funcionava como capelão. Eu visitava os treze posseiros e quando ia celebrar missa no presídio. Mas eram fechados e duros. O advogado os obrigava a se posicionar contra os padres acusados de serem autores ideológicos da morte de um policial numa emboscada. Amoleceram um pouco quando foram transferidos para um prédio da aeronáutica militar, já conhecido por mim e situado na esquina entre as avenidas Almirante Barroso e Julio Cesar em direção do aeroporto. No mesmo tempo os padres ficavam invisíveis. Só uma vez nos foi concedido de subir até o plano da moradia deles. Mas entrando dois a dois e sob escrupuloso controle. Entretanto um grupão do MLPA (Movimento para a libertação dos presos do Araguaia) parava a cada noite na frente da polícia federal cantando, rezando e falando e ficava aí até altas horas da madrugada. O grupão era formado por seminaristas, freiras, religiosos, padres e numerosos representantes da igreja popular, sobretudo da Pedreira e da Sacramenta. De vez em quando policiais saíam do portão e nos fotografavam com câmeras enormes que pareciam metralhadoras. Filmavam também, mas nós ficávamos impassíveis. Uma noite os bispos da CNBB regional vieram celebrar a missa, mas só um deles aparecia com frequência quando se achava em Belém: era dom Moacir Grechi, prelado do Acre. Após uns quatro meses, os padres também foram transferidos para um prédio da aeronáutica militar e as noitadas continuaram como sempre, mas na Avenida Almirante Barroso. Uma vez, fora do nosso horário, dom Joaquim Vicente Zico, arcebispo coadjutor, quis visitar os padres carcerados. Mas na entrada foi submetido à perquisição e obrigado a se despir. O arcebispado protestou.

14. Julgamento e condenação dos padres franceses. Devia ser pelo mês de maio de 1982. O grupão do MLPA queria participar, ouvir e ver, mas foi obrigado a se aprisionar na igreja da Trindade das oito às dezoito, sem comida, sem água, sem serviços higiênicos. Fora da igreja e tudo entorno dela havia soldados, metralhadoras, cães amestrados e cavalos de frísia (20). Éramos umas duzentas pessoas e

estávamos apertados nos bancos como se estivéssemos em trincheiras ou em campo de batalha. Tinham vindo comigo uma meia dúzia de mulheres junto com uma meia dúzia de filhos candidatos à crisma. A eles tinha dito: "Se vocês não apreendem a enfrentar a polícia, nada de crisma". A uma certa hora da tarde eu consegui subir no apartamento do vigário padre Aderson Neder, grande amigo meu. Mas foi precisamente naquele intervalo que chegou o responsável do presídio S. José, o coronel José Baia Filho, homem de excepcional humanidade, para me libertar. Havia soldados com ele, mas, graças a Deus não me encontrou. Fomos liberados às dezoito da tarde, para a gente se reunir na igreja das Mercês, confiada aos padres xaverianos, e concordar o que fazer. Os padres franceses foram achados responsáveis dos fatos mas, devido à diplomacia de Aureliano Chaves, vice presidente da república, foram somente expulsos do país, sem ganhar nenhuma outra prisão ou punição.

- 15. No Círio de 1982.** Já desde vários dias se ouvia dizer que a polícia teria participado da procissão e teria feito prisões entre os padres. Em particular se falava de dois padres mais conhecidos e mais mirados: o Savino e o Bruno Secchi, salesiano dedicado aos meninos de rua, enquanto o grupão acenado acima se dispunha a entrar na grandiosa procissão com a intenção de comemorar as vítimas da ditadura. Na Igreja das Mercês, confiada aos padres Xaverianos, o irmão João preparou uma grandiosa cruz com os nomes dos dois padres, dos treze posseiros e de vários mártires do Brasil e da América Latina: padre Josimo Tavares, o Gringo (do qual eu estava criando o filho maior de nome Raimundo), irmã Adelaide, Mons. Romero, etc. etc. A cruz entrou na procissão a uma certa distância do grupão que caminhava nas primeiras filas e carregava cartazes, bandeiras e outros símbolos. Éramos uns trezentos e conosco marchavam em religioso silêncio personagens vindas de fora. Entre elas havia o provincial dos Jesuítas da Baía e o superior Geral dos padres crúzios chegado da Holanda para nos conhecer e encorajar. Os nossos cartazes eram explícitos e cortantes. Pediam libertação para os presos da ditadura, terra para os camponeses desapropriados ou expulsos da floresta, a suspensão das obras faraônicas que deviam enaltecer a ditadura na hora em que envenenavam os rios e ameaçavam de morte todo mundo e não somente os peixes inocentes destinados a encher a barriga dos pobres. Me recordo de um cartaz que, lamentando a

existência de fazendas e fazendeiros vindos de todo país para dominar e explorar a Amazônia, dizia: "Trocaram a glória de Javé por um boi que come relva" (SI 106). O cartaz se referia a uma disposição vinda do ministério da agricultura que exigia que a cada boi fosse destinado um pasto de 3 hectares, ou seja de 30.000 metros quadrados, enquanto milhões e milhões de brasileiros não gozavam de um só metro quadrado para viver. O grupão estava já enxergando a basílica de Nazaré, meta da procissão, quando eu senti a necessidade de comer alguma coisa. Era quase meio dia e não tinha ainda engolido nada desde a noite anterior. Entrei num bar e voltei para a procissão, na mesma posição da qual tinha saído e percebi que tudo tinha ficado diferente. Um cheiro azedo e fumaça acre entravam no nariz de todo mundo enquanto cartazes e bandeiras tinham virado trapos escuros. A polícia tinha perdido a paciência e entrado furiosamente na procissão, queimando tudo e prendendo dois religiosos: o provincial dos jesuítas, baixinho do meu tamanho, mas mais corpulento, e um seminarista franciscano de nome Manoel. Os dois foram liberados uma hora depois, sob pedido do arcebispo coadjutor dom Vicente Joaquim Zico.

16. Ameaças recebidas antes e depois do Círio 82. Lembro antes de tudo uma carta em forma de telegrama que dizia: "Estamos exterminando todos os comunistas da área. Se cuide". Remete: CCC (comité de caça aos comunistas). Recebi também naquele período a carta de uma mulher que se dizia empregada da Polícia, me informava de ser muito malvisto naquele lugar e me recomendava de ficar em advertência continua, evitando qualquer sinal de oposição ao governo. Mas eu não conhecia a mulher que se dizia minha conhecida e que tinha medo pela minha situação. Ainda em forma de telegrama recebemos outros carinhosos palpites. De onde? Da praça frei Caetano Brandão ou praça da catedral onde, entre o arcebispado e a catedral, ao nº 17 se encontrava o comando militar. Eis o texto do telegrama com timbre postal do 20.11.81: "Participamos o deslocamento para esta região de uma célula da nossa FALANGE PATRIA NOVA cuja missão è exterminar todos os comunistas que militam nesta cidade. Portanto acautele-se, pois estará sendo vigiado durante as 24 horas do dia. FALANGE PATRIA NOVA".

17. O "pulo do gato" do jornalista Avertano Rocha. "Pulo do gato" era uma rubrica diária do terceiro jornal de Belém (O Estado do Pará) e

pelo menos uma ou duas vezes por semana convidava o arcebispo a cumprir o angélico dever de demitir de suas funções os padres Savino e Bernardo. Eis um trecho do dia 26.11.80: "Depois de muitas dúvidas, retraimentos, tergiversações, conciliações e demonstrações de timidez, o Arcebispo de Belém, dom Alberto Ramos, acertou na mosca: começou a limpeza de sua casa, juntamente por esse IPAR (Instituto de Pastoral Regional), que é uma espécie de sucursal "vermelha" dentro da igreja católica no Pará. A limpeza não poderia ter começado melhor: pegou, de saída, dois padres estrangeiros, vazeiros caluniadores do governo brasileiro, e mandou-os para o olho da rua. Os dois, um italiano e o outro colombiano, ainda são titulares de paróquia nos subúrbios de Belém. Exercendo seus ministérios, mais políticos do que cristãos, os dois padres continuam a envenenar o povo pobre dos subúrbios de Belém. Fica a pergunta no ar: dom Alberto vai deixa-los nas paróquias ou vai dar o competente "bilhete azul" para ambos? Va em frente, dom Alberto. Agora sim! Agora o senhor já conta com o apoio dos verdadeiros católicos que estão cansados de ver a igreja ser conspurcada por estes adeptos de Moscou vestidos de padres ...". Contado isso, o caso pior que lembro diz respeito a uma tropa da policia que invadiu improvisamente o centro comunitário e, arrombando a porta da escola, amedrontou as crianças e a professora. "Porquê vocês entram desta maneira numa sala de aula cheia de crianças?" pediu a professora. Resposta: "Estamos querendo saber que cabeça tem os pais que entregam estas crianças a um grupo de subversivos". E passaram para o dormitório da comunidade batendo fotos por baixo de cada cama. Para a polícia nós não éramos somente subversivos mas também guerrilheiros que escondiam metralhadoras por baixo das camas e atrás do altar.

- 18. Quinto processo.** Teve lugar alguns tempos depois na sede do governo estadual e de portas fechadas. A conduzi-lo foi um representante do governo federal, mas eu soube da coisa na proximidade dos anos noventa. O capitão Pantoja, durante um dos 6 interrogatórios, me tinha informado que a minha pasta junto à policia tinha dois palmos de altura. Considero que a minha pasta devia ter viajado para Brasília, para que se chegasse à palavra fim. Mas quem me defendeu e me tirou definitivamente daquelas safadas tramas? Nada mais nada menos que o coronel Alacid da Silva Nunes, governador imposto ao Pará pela ditadura. Ele me conhecia e, com

certeza, tinha recebido informações positivas a meu respeito. De quem? Talvez da universidade federal ou, melhor ainda, do presídio São José onde eu era capelão e era amigo e confidente do comandante. Com dito comandante, coronel José Baia Filho, no Presídio S. José se estava tentando um programa de recuperação dos presos, uma experiência emocionante (21).

19. Conclusão. Por tudo o que escrevi, mas deixando por fora muitos pormenores curiosos e preciosos, se pode chegar a uma conclusão pelo menos hipotética. Embora não fosse de acordo com algumas personalidades eclesiais de grande prestígio, como dom Helder Câmara, dom Paulo Evaristo Arns e dom Luciano Mendes de Almeida, conhecido meu pessoal, a igreja hierárquica e várias ordens religiosas históricas apoiavam, abertamente ou em silêncio, a ideologia e os propósitos da ditadura. No extremo oposto se colocava a igreja das periferias, as comunidades eclesiais de base e ordens religiosas mais amodernadas tanto antigas quanto novas. Entre elas os dominicanos, os cruzios, os missionários da Imaculada Conceição, os xaverianos, os orionitas, os combonianos e alguns outros. À confirmação disso, cito o que, anos atrás, escrevia um semanário católico de Belém: "Não se deve votar em Lula, visto que o sapo barbudo e seus partidários almoçam criancinhas". Termino acenando a uma tese que poderia servir por oportunos aprofundamentos. Durante a ditadura militar no Brasil, os contendentes não eram dois, mas três: **o governo, a igreja tradicional e a nascente igreja popular** das baixadas, das periferias e das comunidades de base. Por causa do terceiro contendente, igreja oficial e ditadura fingiam de se digladiar e, em vista de desabafar e evitar riscos, golpeavam ambas para baixo a emergente igreja popular, ocultando a própria covardia. Para comentar tudo isso com mais pé no chão, precisaria corrigir o antigo provérbio que diz "dois bicudos não se beijam". A minha proposta é de arranjar-lo da seguinte forma: "dois bicudos nem se beijam, nem se atacam". Em língua italiana ficaria até mais incisivo: *cane non mangia cane*, ou seja ***poderoso não come poderoso***.

Savino Mombelli.

Belém do Pará, 11.11.11.

1. As memórias aqui resumidas foram pedidas por um grupo da Universidade Estadual do Pará que, liderado pelo prof. Robsom Wander da Costa Lopes, estuda ciências da religião.
2. Dois padres, que na época foram punidos pelo fato de aderirem à maçonaria, são lembrados pelo nome que foi atribuído a duas ruas de Belém: a Padre Eutíquio e a Padre Prudêncio.
3. Havia na igreja da época outras exímias personalidades contrárias à ditadura, como por exemplo as três que guiaram a CNBB dos anos 68 aos anos 84: o card. Dom Aloysio Lorscheider (franciscano), o bispo dom Ivo José Lorscheiter e dom Luciano Mendes de Almeida (jesuíta). Este último compareceu em Belém algumas vezes, levando consigo cópias dos documentos que me insultavam e ameaçavam.
4. Isso acontecia especialmente com áreas guiadas por bispos que simpatizavam com a teologia da libertação. Lembro alguns deles: dom Tiago Ryan, franciscano americano bispo de Santarém, dom José Elias Chaves, lazarista brasileiro bispo de Cametá, dom Lino Van Bömmel, franciscano brasileiro e sucessor de dom Tiago Ryan em Santarém, dom Alano Pena, dominicano brasileiro bispo de Marabá, dom Angelo Frosi, xaveriano italiano, bispo de Abaetetuba, dom José Maritano, italiano do PIME, bispo de Macapá, dom Angelo Rivato, jesuíta italiano, bispo de Ponta de Pedras.
5. São conhecidas mundialmente as mortes violentas de religiosos e leigos que morreram por problemas de terra. Entre eles, Raimundo Ferreira dito Gringo, sindicalista em S. Geraldo do Araguaia, Chico Mendes, sindicalista no estado amazônico do Acre (Brasil) e centenas e centenas de posseiros para o Brasil e fora. Entre eles o padre João Bosco Penido Burnier jesuíta brasileiro que trabalhava ao lado de dom Pedro Casaldaliga no Mato Grosso, padre Josimo Tavares, brasileiro da diocese de Tocantinópolis (TO), Irmã Adelaide, brasileira, assassinada esperando o ônibus numa cidade do sul do Pará, o padre Ezequiel Ramin, comboniano italiano assassinado no Amazonas, Irmã Doroty Stang, americana e filha da congregação de Nossa Senhora de Namur (França), assassinada em Acapu, na prelazia de Altamira.
6. Em Brasília não se admitia que numa universidade federal se instituísse um curso de teologia concordado entre regime e igreja. Isso tinha acontecido em Belém, com grande admiração de quem constatava um tal milagre e desconfiava da possibilidade das duas instituições caminharem juntas. Por intervenção de Brasília, o curso foi cancelado em 1982, oito anos após o seu surgimento.
7. Em 1967 o padre Savino tinha sido expulso da prelazia/missão de Abaetetuba em base a uma acusação totalmente infundada e conseqüente inconsulta decisão do responsável provisório padre Pio Monchelato. Na hora a injusta e arbitrária penalização, contrária às mais elementares exigências do direito eclesiástico, foi aprovada pelo Núncio Apostólico dom Sebastião Baggio e ignorada pela direção geral da congregação xaveriana em Parma (Italia).
8. Falei inclusive da linguagem que a ditadura aproveitava para ferir mais diretamente seus adversários. Para a ditadura, as esposas dos generais e dos coronéis eram madames e princesas, enquanto as dos trabalhadores e dos pobres eram mulheres de rua. O senador Helio Gueiros, inimigo da ditadura e espectador do que ia acontecendo no ginásio da federal, ouviu a minha defesa do aluno assassinado Cesar Moraes Leite e, na manhã seguinte, a sua esposa dona Terezinha Gueiros, diretora do centro de filosofia e ciências humanas onde eu trabalhava, me disse: "Hélio gostou dos seus ataques, mas os achou um pouco agressivos".
9. Era o enfermeiro Josino Torres. Trabalhava gratuitamente, por algumas horas semanais, na nossa enfermaria e aspirava a se tornar responsável do centro comunitário, em vista de ter base para concorrer a uma vaga de vereador no município de Belém, em ocasião das eleições administrativas.
10. Por exemplo os bispos de Cametá, Macapá, Santarém, Abaetetuba, Altamira, Marabá. e SS.ma Conceição do Araguaia.
11. Durante os primeiros tempos da presença de padre Savino e comunidade juvenil na baixada do Guamá, o povo se reunia na rua para a celebração da missa. Mas, vendo que havia bem perto um prédio inacabado e abandonado, descobrimos que pertencia à aeronáutica militar e pedimos que tal prédio nos fosse emprestado para o funcionamento das atividades paroquiais. Na realidade o prédio parecia uma ruína de guerra ou um depósito para bugigangas e material de construção. Não havia nem paredes divisórias nem pavimentos, mas os iniciadores da obra tinham pretendido realizar uma escola para crianças da baixada. A animadora dos

iniciadores tinha sido uma irmã salesiana conhecida do brigadeiro Protasio de Oliveira nas missões do estado de Amazonas.

12. Sob financiamento do brigadeiro Protasio de Oliveira, a obra tinha sido empreendida pela irmã salesiana acima lembrada. Cfr. nota precedente. Pelas paludes que havia no Guamá, entorno do prédio da Aeronáutica, nós lhe atribuímos o nome de S.Maria Goretti em lembrança da região paludosa do agro pontino, no município de Ferriere, em província de Roma (Italia), onde a santa tinha sido assassinada em 1902.
13. A Casa da Juventude era dirigida pelo padre Raul, amigo do padre Savino. A casa hospedava estudantes universitários e o padre Savino era chamado aí frequentemente para dar cursos de formação.
14. A acusação não tinha vindo com certeza do arcebispado, mas de pessoal que não nutria simpatia pelas atividades que a gente sustentava na baixada do Guamá e pressionava o senhor arcebispo em vista dele interromper a nossa presença. Naquele bairro ou no Brasil todo?
15. Era muito provável que, por trás de tudo o que acontecia, houvesse algum representante do clero que, para ter sucesso, considerava necessário o meu afastamento do país.
16. A menina era conhecida pelo padre Savino, pois morava perto do Maria Goretti e tinha assegurado o padre a respeito da total falsidade de quanto se estava contando sobre os jovens injustamente aprisionados.
17. O capitão Pantoja era amigo de padres, em particular do padre que era seu vigário numa cidade do interior. Segundo a minha opinião, a prisão dos 4 jovens tinha sido projetada pelo vigário amigo do capitão.
18. Cfr. Nota precedente.
19. Se tinha a impressão que o senhor arcebispo fosse o único interessado em nos derrubar, mas não tinha conseguido motivações válidas e acreditáveis. Por que? Porque era manipulado por alguém. Cfr. Nota 17.
20. Cavalos de frisia: pesadas munições em cimento e ferro mas não explosivas. Se colocam no chão para impedir fugas ou agressões.
21. O projeto de recuperação começava pela introdução de um estilo democrático no tratamento dos presidiários. Falava eu, falava o coronel, falava a diretora do sistema penitenciário do estado (a doutora Oneide da Silveira Gomes, já minha aluna de teologia na federal) e os presos podiam levantar o braço, pedir explicações e falar do que na prisão não estavam gostando e de quantas coisas precisavam receber.